

BALAIADA: AÇÃO E EXPLORAÇÃO.

MARIA DE LOURDES MONACO JANOTTI

Disciplina: História do Brasil.

I

"Ilmo. Sr. Capitão Manuel Alves d'Abreu. Vila da Manga, 15 de dezembro de 1838. Com o Achamento a Vila com a Reunião do Povo e bem do socorro publico como consta dos Art.º sigTe. 1º) Que seja sustentada a constituição e garantido dos cidadãos. 2º) Que seja admitido o Presidente de Província e em Tregue o governo Vice-Presidente. 3º) Que seja abolidos os Prefeitos e Subs-Prefeitos, Comissarios ficando somente em Vigor - as Leis geraes e as Provincias que não forem de em contra a Constituição do Império. 4º) Que se seja o espulcadas empregos portuguezes e Dispejarem A Provinsia dentro em 15 dias com exseção dos cazados com familias brasileiras e os de 60 anos para cima.

Raimundo Gomes Vieira — Comde da Forca armada.

Segeu o Cap. Alberto Gomes Ferreira avizar todos os Cidadoes Brasileiro se amigos da Patria e do sucego Publico para se acharem nestes Quartel da forca Armada para o bem do Brazil. Quartel da Forca.

Manga 14 de Dr.º de 1838. Comde da Forca.

Fora feitores e escravos.

R. G. V."

A 13 de dezembro de 1838, a vila da Manga, no Maranhão, foi invadida por um pequeno grupo de homens, que visava assaltar a cadeia local. Nella estava detido há dois dias alguns vaqueiros, seus companheiros de viagem, que habitualmente levavam e traziam gado do Maranhão para o Piauí. Era m todo seles empregados do Pe. Inácio Mendes de Moraes e Silva, pessoa influente e temida no sertão do Brejo, tido como membro da oposição ao governo.

Raimundo Gomes Vieira, capitão do grupo, chefio u o assalto à prisão, e depois de libertar os detidos e conseguir a adesão do destacamento local da guarda-nacional, assenhoriou-se do lugarejo, dando início a um movimento que polarizaria, em torno de si durante dois anos e meio, o s acontecimentos históricos do norte do país. Começava a Balaiada. Um manifesto de teor político foi divulgado, com extraordinária rapidez, por toda a Província, expondo a s reivindicações do grupo de vaqueiros. A redação do documento foi motivo de diferentes interpretações a respeito de sua autoria. Uns diziam-no propositamente mal redigido, para que assim o s verdadeiros autores ficassem acobertados; outros asseveravam que somente a Raimundo Gomes cabia a responsabilidade do seu conteúdo, pois o s erros gramaticais evidenciavam um autor não acostumado ao manejo da pena.

A Província do Maranhão estava conturbada por acerbas disputas políticas entre bentevis e cabanos, desde a abdição de D. Pedro I. A renúncia de Feijó aprofundara a s divergências no grupo social dominante, acentuando o s antigos ressentimentos gerados pela Setembrada de 1831. Naquela ocasião a repulsa à influência dos portugueses e ao absolutismo do monarca congregara um grupo político, que se identificava ao s liberais exaltados e que posteriormente, foi várias vezes acusado de esposar idéias republicanas. Os exaltados nunca admitiram publicamente serem adeptos das perigosas doutrinas de Comte, e embora existissem entre eles alguns republicanos, eram em número inexpressivo. Durante o governo de Feijó o s liberais, popularmente chamados de bentevis, exerceram completa autoridade sobre a Província, relegando o seu s antagonistas, o s cabanos, a o ostracismo político. Estes, haviam se originado do partido português, que pretendia a volta de D. Pedro I ao Brasil; e em 1838 identificavam-se com a política centralista de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Com a regência de Araújo Lima, a situação no Maranhão inverteu-se, tendo o s cabanos ascendido ao s postos anteriormente ocupados por seu s rivais. O s anos em que permanecera afastado do poder aumentaram seu ressentimento e em relação ao s bentevis. O s novos senhores vinham, sequiosos de vingança, ocupar o seu lugar na administração. Compunham a maioria na Assembléa Provincial, fazendo aprovar inúmeros projetos até então sistematicamente rejeitados. Formaram ao lado do Presidente Vicente Pires de Camargo um governo todo poderoso, onde a minoria liberal não chegava nunca a pesar nas decisões.

Repetindo o s mesmos processos que o s liberais haviam utilizado no governo anterior, agora o s cabanos dirigiam a s eleições à sua maneira, através da fraude e da violência. O s liberais responsabilizavam o Regente e o Ministério por acobertarem a corrupção que se instaurava

ra na Província; o Presidente, pela desmoralização da Assembléa e aviltamento da imprensa; os cabanos, pelo desregramento administrativo e malbaratamento do erário público; e a todos esses por estabelecerem no Maranhão um governo que, para atingir seu torpe objetivo, servia-se de "expedientes e transações" (1).

A luta política no Maranhão era a mesma que se dava em nível nacional, resultante das divergências dentro do estamento dominante, acerca da melhor forma de governar o país. Confundiam os estamentos sociais inferiores, procurando afastá-los dos reais motivos de suas dissidências, com argumentos ideológicos de fundo nacionalista.

Ainda as velhas questões entre brasileiros natos e adotivos eram motivos de desavenças e arruaças. Os partidos radicalizavam-se e a violência armada pelos fazendeiros de algodão era usual. O assassinato do político Raimundo Teixeira Mendes, considerado chefe da oposição, desencadeou um virulento ataque a campanha jornalística contra os cabanos no poder. A imprensa maranhense, considerada uma das mais importantes da época, era comandada por dois homens de vinculação partidária de grande destaque: João Francisco Lisboa, deputado liberal na Assembléa Provincial, e Francisco Sotero dos Reis, deputado situacionista. Os jornais mais importantes eram a *Crônica Maranhense*, órgão da oposição e o *Investigador Maranhense*, que defendia a política oficial.

Tal campanha jornalística era secundada por uma dezena de pequenos jornais, destacando-se dentre eles o famoso *Benteví* de Estevão Rafael de Carvalho, que sempre pregava abertamente a revolução e se dedicava-se à desmoralização sistemática de pessoas ligadas ao governo.

Discutia-se no Rio de Janeiro a Lei de interpretação do Ato Adicional, quando a Assembléa Provincial do Maranhão, antecipando-se às decisões do Senado, aprovou duas leis — a dos prefeitos e a das guardas-nacionais — inspiradas no espírito da pretendida interpretação. Essas duas leis modificaram a estrutura e a organização do poder municipal, que passou a depender diretamente do presidente. Este nomeava os prefeitos, que passavam a exercer a maioria das atribuições anteriormente conferidas aos juizes de paz que, tradicionalmente, vinham sendo eleitos pela câmara municipal e, portanto, representavam o interesse das famílias mais poderosas da região. A fim de aumentar o poder dos prefeitos a Assembléa, baseando-se no argumento de que a força cívica era

(1). — *Crônica Maranhense* n.º 100, 10-1-1839, p. 405-406.

"nula por todo o interior e na cidade mal organizada" (2),

confiou-lhes o encargo de organizar e chefear a guarda-nacional por todo o interior da Província. Como consequência o poder policial ficou vinculado diretamente ao governo. Era a tendência centralizadora que emanava da Corte e rapidamente repercutiu no Maranhão:

A gritaria dos liberais foi imediata. Consideraram inconstitucionais as medidas tomadas, valendo-se inclusive de opiniões emitidas por jornais do Rio de Janeiro, como o *Sete de Abril* e o *Despertador*, que apesar de serem considerados "jornais ministeriais", qualificaram a Assembléa do Maranhão com o usurpador e seu ato s

"desastrosos e atentatórios da integridade do Império e da unidade nacional" (3).

Senhores absolutos do poder, os cabanos procuraram por todos os meios disponíveis punir os membros da oposição. Para tanto usaram o recrutamento indiscriminado para enfraquecer a posição dos fazendeiros benvividos do interior. De suas fazendas saíam boiadeiros, feitores, escravos e agregados para integrar a guarda-nacional. Não respeitaram os dispositivos legais que impediam a convocação de homens casados e filhos-família, provocando assim a dor do cidadão até então intocáveis e em seus privilégios. Uma análise superficial poderia levar a crer que esta atitude quebrava antigos privilégios estamentais, mas os cabanos pertencendo ao mesmo grupo social e seus inimigos apenas os enfraqueciam momentaneamente.

Neste clima de incompatibilidades, surgiu o manifesto de Raimundo Gomes, cuja responsabilidade os cabanos atribuíram aos liberais.

A imprensa situacionista, através da pena de Soterio Reis, viu nos ataques dos benvividos e principalmente no s do jornal *Crônica Maranhense* a preparação ideológica da revolta:

"Prove o Sr. Lisboa que Raimundo Gomes e seus sequazes não empunharam as armas para sustentar as doutrinas da *Crônica* e do maligno *Benteví*, seu satélite" (4).

Estas invectivas também lançavam o mesmo redator na sua página do *Investigador*, fazendo com que João Lisboa respondesse:

(2). — Expressão de Soterio Reis redator do jornal situacionista o *Investigador* apud *Crônica Maranhense*, 31-1-38.

(3). — *Crônica Maranhense* n.º 106, 31-1-1839, p. 427.

(4). — *A Revista* n.º 18.

"O colega do *Investigador* é terrível nas suas acusações! Ultimamente lembrou-se de dizer que a *Crônica* com toda a sua força havia pregado a resistência a vários atos da assembleia provincial, e que dessa pregação nascera a desordem da Manga! Lembramo-nos bem de ter analisado esses atos, mostrando sua inconstitucionalidade, e os motivos torpes que os produziram; mas daí a pregar resistência, larga é a distância, e ainda o repetimos, nessa parte e estamos mais do que justificados pelo ministerialismo da corte, e em cuja opinião o contemporâneo não toca, nem que o esquarteje. Queira por que me é dizer-nos em que número da *Crônica* se acha essa provocação? (...) O que he aqui de ver é que na opinião do contemporâneo, Raimundo Gomes e seus sequazes se puseram em campo inflamados com a leitura dos jornais da oposição: eles que ainda a pouco dias não tinham capacidade para produzir as estrambólicas requisições que tem dirigido a várias autoridades e cidadãos! O rompimento dessa aventura devemos-lo à violência dos prefeitos, com o seu inépcia se deve o andar e he mais de meses e meiodévassand o impune mente o território da província. Com força e verdade disse o *Sete de Setembro* del e dos seus: SÃ O REBELDES MISERÁVEIS QUE ARMARAM CONTRA OS REBELDES PODEROSOS" (5).

Apesar de ter sido um dos mais clarividentes publicistas de sua época, João Lisboa não pôde escapar à influência da família poderosa. Era o preço que o jornalismo político pagava por difundir idéias liberais num país escravocrata. Encontra-se na relação de Lisboa com a família Franco de Sá, latifundiário poderosíssimo de Alcântara, um vínculo de dependência bastante expressivo. Chego a defendê-lo e me se u jornal por terem sido chamado de "opressores do povo" nos seguintes termos:

"... a influência do senhor Sá se pelo menos manifesta; mas dessa se deve meles honrar, porque tem todos os títulos legítimos para exercê-la. Família numerosa, riqueza, talento e alianças pelo laço de parentesco, amizade, e conformidade de idéias políticas, com outra família que se acha na mesma posição, como seja a dos Ribeiros, Costa e Leites... Ora, todas estas famílias possuem em * propriedade grande parte do território e tem por si a simpatia da classe inferior, mais moralizadas por aqueles lugares, que em nenhum outro da província" (6).

(5). — *Crônica Maranhense*, 31-1-1839, n.º 106, p. 429.

(6). — Carta a Joaquim Franco de Sá, in *Crônica Maranhense* de 16-4-1840, n.º 229, p. 917.

Foi a esta classe de pessoas que João Lisboa identificou o partido liberal e a sua luta política; porque embora falasse e em defesa do povo e dos oprimidos, na realidade estava defendendo os interesses das grandes famílias proprietárias, que com o José Pereira tinham por si a "liderança natural que os seus bens lhe conferiam" e a "ação moralizadora" que exerciam na sociedade.

Muito em breve, os poderosos latifundiários dispensariam a pena dos jornalistas, e formariam os quadros políticos quase que exclusivamente de pessoas saídas de seu próprio meio. Um exemplo deste comportamento foi dado pelo próprio família José Pereira que projetou-se politicamente e através da Balaiada, armando à sua expensas um batalhão da guarda-nacional, sob o comando de Isidoro José Pereira. Um ano mais tarde, em 1840, já possuía um jornal o *Guajajara* e chefiava o mais importante grupo de oposição aos cabanos (7), controlando as listas de candidatos do partido liberal às eleições, e aliando João Lisboa à liderança e à própria candidatura.

Enquanto os setores políticos enfrentavam-se acirradamente, Raimundo Gomes iniciava sua marcha pelo interior do Maranhão, arregimentando em torno de si elementos marginalizados pelo modo de produção latifundiário-escravocrata: desertores da guarda-nacional — vítimas do recrutamento violento e da disciplina feroz —, escravos fugidos, pequenos artesãos sem residência fixa, vaqueiros sem trabalho, assaltantes de estradas, agricultores espoliados e suas terras, sertanejos retirantes do Ceará, etc..

Desde os inícios do movimento os benvéus estiveram implicados na evolução dos acontecimentos da Balaiada, quer pela convivência das autoridades, quer pelo fornecimento de suprimentos durante o tempo em que percorreram o sertão. Um testemunha da luta reproduziu em seu depoimento a voz corrente da época:

"É constante que os vereadores da câmara, e o juiz de paz da Manga protegeram Raimundo Gomes" (8).

Esta afirmativa foi desmentida pela imprensa liberal, mas os fatos demonstraram que, embora poucos vaqueiros pudessem ter conseguido sucesso no assalto à uma cadeia, do interior, este acontecimento

(7). — Apud Jerônimo J. Viveiros de Castro, *A rainha do Maranhão*, Publicações do S. E. N. E. C., Maranhão, Departamento de Cultura do Estado, 1965, p. 13.

(8). — J. M. Pereira de Alencastre, *Notas Diárias sobre a revolta civil que teve lugar na s. província s do Maranhão, Piauí e Ceará, pelo s. ano s de 1838, 1839, 1840, 1841*, escrita s em 1854 à vista de documentos officiaes. R. F. H. G. B. T. 35, 1872.

por sí mesmo, não o justificaria um manifesto de teor político. Analisando este manifesto, observa-se que ele contém duas ordens de reivindicações: a dos bentevis e as populares. Pode-se considerar os 3 primeiros artigos (referentes a obediência à Constituição; respeito às garantias individuais; demissão do Presidente e Vice-presidente da Província; abolição dos cargos de Prefeitos, Sub-prefeitos e Comissários) de interesse exclusivo dos bentevis. Entretanto, Raimundo Gomes não se limitou apenas a transcrever opiniões alheias. Revelava-se o líder que viria a se tornar, escrevendo o 4.º artigo no qual exigia a expulsão dos portugueses — símbolos populares da opressão do grupo social dominante —, e principalmente encerrando o manifesto com a expressão: "Fora feitores e escravos!"

Em janeiro de 1839, Manuel dos Anjos Ferreira, o Balaio, já se alistara no movimento, tendo o seu grupo se dirigido a Tutoia

"onde se demorou pouco mais de uma hora, sendo ali pelo juiz municipal Joaquim Antônio Gomes da Silva gratuitamente e municiado com cinco paneiros de farinha; e ali obteve levar cento e tanto s cartuchos e algumas granadeiras, d'onde saindo procurou a beira do rio Parahiba..." (9).

É claro que esta ajuda foi contestada pelos jornais liberais:

"Ocupemo-nos agora com a participação dos prefeitos. O do Brejo não pode deixar de acusar o honrado juiz municipal de Tutoia, mas do que? de haver municiado gratuitamente a Raimundo Gomes com cinco paneiros de farinha! Quer a acaso S. S. que o juiz municipal os vendesse a dinheiro contado? ignora acaso o bravo inimigo (...) que por toda parte por onde andou Raimundo Gomes extorquiu farinhas, bois, cavalos, armas e munições que encontrava, e isto em forma de pedido? poderia alguém recusar, sem correr grande risco, o que fosse exigido por um malfeitor a testa de 100 homens?" (10).

Todas as expedições oficiais de repressão o tinha em si até então, completamente ineficazes.

Em março de 1839 tomou posse da presidência do Maranhão Manuel Felizardo de Sousa e Melo, em substituição a Vicente de Camargo.

(9). — Carta de Severino Alves de Carvalho, Prefeito da Comarca do Brejo ao Coronel Joaquim José Gonçalves, Prefeito da Comarca do Itapicuru. 7-2-1839.

(10). — *Crônica Maranhense*, 22-2-1839, n.º 111, p. 449.

Durante os primeiros meses de seu governo a situação política manteve-se inalterável. No entanto, várias notícias divulgadas sobre o levante faziam crer que o seu fim estava próximo e que as forças oficiais havia conseguido sufocá-lo. Rapidamente e por meio de acontecimentos desmentiram os prognósticos. O presidente e enviou para combater os balaaios uma expedição de 400 homens comandados por Pedro Alexandrino, que foi vencida pela guerrilha dos sertanejos. Um depoimento insuspeito no caso em questão assinala:

"Como é fácil de prever, depois desta vitória, fortificados os rebeldes pelo *grosso da expedição que se lhes incorporou* e, bem fornecida agora de armamento e munição, a sedição tomou aspecto assustador" (11).

Novos contingentes também chegaram-lhes com Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, jornalista exaltado do Piauí, onde tinha a cabeça a prêmio. Trouxe consigo 600 homens e a intenção de expandir o movimento pelos Estados do Norte. Muitos atribuíram-lhe a idéia de atacar a rica cidade de Caxias, pois consideravam os demais chefes "muito ignorantes, para engendrem tal plano".

Durante todo o período inicial da Balaiada, os bentevis não cansaram de responsabilizar os cabanos pelo crescimento da revolta, pela ineficiência da administração, pela corrupção da guarda-nacional e, aproveitando-se da insegurança geral, vaticinaram grande derramamento de sangue na Província. Pretenderam manipular os revoltosos, transformando-os em instrumentos de suas ambições através de habil campanha jornalística, na qual divulgavam vários manifestos dos chefes do movimento, veiculando as razões que os moviam, sem contudo hipotecar-lhes solidariedade. Os balaaios passaram a tê-los como aliados incondicionais, com o atestado de que volumos a correspondência que enviaram aos jornais de São Luís.

* * *

II

PROCLAMAÇÃO.

"Bravos Maranhenses.

A horda de salteadores, que hasteou o pendão do roubo, e assassinato no interior, proseguiu desenfreada, e ameaçadora na

(11). — Depoimento do Tenente Coronel Ricardo Leão Sabino — a Rodrigo Otavio de Langaard Menezes — *A Balaiada, 1839. Depoimento de um dos heróis do cerco de Caxias sobre a revolução dos Balaaios*. RIHGB, 1903, T. LXV.

carreira dos crimes que encetou; e á despeito das energicas providencias, que o Governo não tem cessado de dar, a rebellião achou novo theatro para os seus horríveis atentados: Caxias está e o poder dos facciosos! Não o desanimei sempre com este acontecimento inesperado; grandes recursos ainda nos restão, novos auxilios foram pedidos ao nosso irmão do Norte, e Sul; todas as medidas estão tomadas para preservar a Capital, para soffocar a anarchia nos pontos que elle infesta. Dignos habitantes do Maranhão é pois chegada o momento de estender o patriotismo, que vos anima; vind e unir-vos e tornard o vosso Presidente, e presurosos acudi aos reclamos que vos dirigir para a defesa de vossas vidas, e propriedades, Cidadãos Brasileiro e de quaesquer opiniões políticas, abdicai neste solemn e momento a rivalidade que vos retalha, e unido se em um só interesse, conspira i todos para a salvação da Provincia. Eia valorosos Maranhenses depois de tantos sacrificios ainda alguns esforços, e a Legalidade vai triunfar:

Viva a Religião

A Integridade do Imperio

O Senhor D. Pedro 2º

E os bravos Maranhenses.

Palacio do Governo do Maranhão em 13 de Julho de 1839.

Manoel Felizardo de Souza e Mello".

Com a tomada de Caxias, segunda cidade da Provincia, em julho de 1839, significativa mudança operaram-se e tanto no comportamento politico dos grupos dominantes, como no desenvolvimento da ação revolucionária. Em São Luís, o temor de uma marcha "rebelde" sobre a capital generalizou-se. Antea patética proclamação do presidente, os habitantes da cidade começaram a preparar-se para a resistência, e os liberais procurarem uma saída para sua incômoda situação. João Lisboa empenhou-se e em reunir partidários da "oposição constitucional" e em tornard o presidente — que passo a considerar apartidário —, pelo menos naquelle momento crítico. Separand o o partido cabano — que continuava a atacar violentamente, responsabilizando-o pelos desmandos na Provincia — da politica pessoal do presidente, os liberais demonstraram toda a sua fraqueza ideologica e claramente revelou a exploração que vinha fazendo da luta do Balaio em proveito próprio.

Até então, os liberais (bentevís) confundiam-se e em várias posições frente ao movimento. Os da capital procuravam através dele conseguir successo nas eleições que se aproximavam e novamente controlar o governo. No interior a situação foi muito mais complexa. Alguns uniram-se francamente à revolução a fim de impetrar vinganças pessoais; outros, muito mais numerosos, collocaram-se na situação de ví-

timas constringidas a colaborar, esperando que os acontecimentos futuros os beneficiassem. Encontram-se e também em documentos revolucionários, assinaturas, de bentevis que aderira incondicionalmente aos balaíos, se m pertencere m a o quadr o d a situaçã o polític a anterio r (12).

A Balaiad a já atingira o Piauí. Crescer a o número d e seu s contingentes, alastrando-s e d e ta l form a qu e j á assumi a coloraçã o locais . Seus participante s nã o compunha m u m grup o homogêneo , assi m co mo o s seu s líderes . E m todo s c s manifesto s po r ele s redigido s decla- ravam-se bentevis , defensore s d a religiã o , d a Constituiçã o , fiéi s a D . Pedro II , contráριο s a o despotism o e à le i do s prefeito s , e principal- mente inimigo s do s portuguese s . Todavi a est a uniformidad e no s pro- nunciamentos pouc o significava . A verdadeir a históri a d a Balaiad a estava na s entrelinha s do s depoimento s ma l redigido s , n a orige m so- cial de seu s participantes , no número d e seu s morto s e na anisti a ofere- cida a muitos , ma s s ó beneficiand o pouco s .

Para melho r compreensã o d a revoluçã o pode-s e estabelece r um a distinçã o entre balaíos e bentevis . O s balaío s homen s do sertã o e mar- ginalizado s e m geral , alinhavam-s e e m torn o d e Raimund o Gomes , Manuel Francisc o do s Anjo s Ferreira , D . Cosm e Bent o da s Chagas , Milhone , Mulungueta , Coque , João da Matta Castelo Branco , o índio Sebastião Jos é d e Matos , Joã o Juliã o , Relâmpago , Trovã o , Corisco , Raio , Canino , Sete Estrelas , Tetéu , Andorinha , Tigre , Joã o Cardoso , Gitirana , Faúv o etc . O s bentevis — oriundo s , e m su a maio r parte , da populaçã o da s vila s e povoados , incluía m oficiai s e soldado s d a guarda-nacional , político s d o Cear á e Piauí , membro s d o partid o li- beral , juize s d e paz , etc . — , aglutinavam-s e sob a lideranç a d e Lívio Lopes Castelo Branco e Silva , Pedro de Moura Albuquerque , Tenen- te-Coronel Sebastião José de Aguiar , Capitã o Manuel Lucas de Aguiar , Alferes José Felix de Aguiar , Capitã o Francisco Tavares de Lira , Ma- jor Conrado Jos é d a Costa , Tenent e Francisc o Xavie r d a Fonseca , etc . Est a distinçã o entre balaíos e bentevis tem co mo principal funda- mento tant o o s motivo s qu e levaram o s indivíduo s a engajarem-s e n a luta , quant o su a orige m social , embor a nã o pretend a estabelece r limi- tes rigoroso s . O s balaío s fora m visto s po r seu s contemporãneo s co m o pertencente s à s "classe s inferiores" , se m princípios , "assassino s fero- zes" , ladrõe s e cultivadore s d e tod a sort e d e vícios . Outr o aspect o

(12). — É o caso do poeta Pedro de Alcântara Soares. Redigi u uma pro- clamação e m nome do s chefe s rebelde s d e Paranaguá , d e estil o totalment e di- verso do s demais : "Habitante s d e Paranaguá , meu s patrícios ! A orgulho s a sanh a sugerida d o centr o d o Paláci o d e Oeiras com o a s fumegante s fomalhas , digo , fumegante s labareda s da s incendiada s fomalha s d a Babilônia , é qu e te m pro- movido a desgraç a d'est a provínci a e o s male s qu e no s te m sobrevindo , etc . " apud J . M . Pereti a d e Aloncastre , *op . cit.* , p . 476 .

bastante evidenciado em relatórios dos expedicionários legais foi o facto de serem homens de cor: "índios, negros, mestiços de toda espécie". De relatórios oficiais são os seguintes trechos:

"mandei chamar o principal dos índios de São Miguel, Sebastião José de Matos; fiz-lhe e conhecer as vantagens que da obediência ao governo resultam a todos, mostrando-se convencido queixou-se de violências praticadas e da queima de nove casas de índios" (13);

num ofício do Cel. Coqueiro le-se:

"Foi aí que apareceu o Cosme. Evadido das cadeias da capital tido e havido por feticheiro e gozando por isso de grande ascendência entre os da sua raça, pôs-se e este famigerado bandido à testa de três mil escravos sublevados, trazendo por esta forma novo e inesperado concurso para a rebelião" (14).

Em vários documentos, oficiais ou não, encontram-se sempre referências à coloração da pele dos revolucionários, demonstrando isso o preconceito que existia na sociedade maranhense, onde a família aristocrática procurava esconder toda e qualquer ligação o consanguínea com pessoas que não fosse brancas. Assim qualificavam os revoltosos:

"Na Manga um preto de nome José Gonçalves cometera um assassinato. Raimundo Gomes, irmão de José Gonçalves e destemido facínora, vendeu o irmão e companheiro de tropelia preso e recolhido à cadeia do lugar, foi ter com o Juiz de Paz e pediu-lhe que proporcionasse a fuga do criminoso" (15);

um outro depoimento afirmava

"... um mulato por nome Manuel Francisco que se diz Tenente dos pretos é o que tem mais seduzido à gente de cor porque esta gente muito acredita e em seu semelhante" (16).

(13). — Ofício do Tenente Coronel Comandante das forças expedicionárias ao presidente Manuel Felizardo — *apua* Astolfo Serra, *A Balaiada*, Biblioteca Militar, Rio de Janeiro, Bandeshi, p. 137.

(14). — *Apua* Astolfo Serra, *op. cit.*, p. 137.

(15). — *In* Depoimento de Ricardo Leão Sabino, *op. cit.*, p. 292.

(16). — *Ibidem*.

Da mesma forma que empregavam para os balaios termos como: o preto Antônio, o cafuz João, o mestiço Francisco, o caboclo Coque, ressaltavam também ser ele s d e origem humilde e desconhecida, aliada à perversidade sem limites própria dos sertanejos. Era m os preconceitos de "casta", o s estereótipos seculares com o s quais a aristocracia se protegia do contacto com o s pobres. O s próprios bentevis, que municiaavam os balaios, referiam-se a eles como a servidores inferiores.

Ribeiro do Amaral, no seu trabalho *Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão*, represent a muito bem n a historiografia o pensamento do grupo dominante e a o se referir aos balaios com expressões como:

"massas indisciplinadas, apanhadas aqui e ali da mais baixa ralé d a sociedade", dominadas pelo "desenfreamento, avidez de pilhagens das classes inferiores" (17).

Quanto à s barbaridades cometidas durante a revolução, é interessante notar-s e que fora m atribuída s exclusivamente a o s balaios, e nunca aos bentevis, ou seja aos liberais.

Há sem sombra de dúvidas duas histórias da Balaiada; uma dos sertanejos, outra das lutas entre cabanos e bentevis. Aparece m de tal forma mesclada s que é impossível explica r um a se m a outra. N o Piauí, onde o movimento se alastrou dias após a tomada de Caxias, os ataques era m endereçados a o barão d e Parnaíba, déspot a desuman o que, ne m mesmo a s versões históricas oficiais desmente m o s crimes que praticou (18). Através dos termos de um a capitulação proposta pelo chefe da revolta em Paranaguá, pode-se aferir o estado da região. Deste documento deprende-se a insatisfação reinante motivada pela participação d e estrangeiros n o governo, pelo desrespeito à s decisões das Câmaras municipais, pelo arbítrio dos prefeitos, pelas cabalas eleitorais, pela ausência de informações sobre o destino das rendas públicas, pela existência de guardas privadas concedidas pelo próprio pre-

(17). — J. Ribeiro do Amaral, *Apontamentos para a História da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão*. Maranhão, Tip. Teixeira, 1898-1906, 3 vol.

(18). — "Ninguém pode contestar que grandes barbaridades se perpetraram contra o s rebeldes do Piauí: horrores e sobre horrores n'essa luta fratricida se encontra m a cada passo. Ordens reservadas mandavam que se fizesse m espingardamentos em massa, sob pretexto d e não o haverem prisões para tanto s prisioneiros! A s expressões d e que usava o honrado barão em suas orden s secretas d e extermínio, era m a s seguintes: — seja m estoporado s esse s tratante s — não tenho ond e guarda-los". *Apud* Pereira d e Alencastre, *op. cit.*, p. 472.

sidente da Província (19). Pereira de Alencastre, que se refere aos balaíos em março de 1839 como

"imensos grupos, que em todas as direções percorrem desordenados, saciando seus instintos ferozes no assassinato e no roubo",

não usa a mesma expressão para os rebeldes do Piauí, aos quais justificou no seguinte texto.

"Não é simplesmente a febre revolucionária que se apoderou do espírito dos habitantes do Piauí: a fatal e insólita administração do barão da Parnaíba trazia a província de há muitos anos debaixo da mais horrível opressão. O momento era o mais azado para uma manifestação: era infalível o seu aparecimento como um protesto solene contra a sua iniquidade e um a ditadura selvagem (...). Justiça seja feita a muitos desses, que no Piauí foram encontrados na luta empunhando as armas da rebelião: eles não queriam o assassinato e o roubo, desejava somente entrar na posse de uma herança sagrada — a Constituição — que com tanta iniquidade lhes era sequestrada!" (20).

Negaram-se todos a compreender o motivo dos sertanejos, negros aquilombados e vaqueiros aos quais a Constituição, pela qual empenhavam-se na defesa e em seus manifestos, nada traria de positivo e benefício.

Em suas proclamações, serviam-se o balaio da mesma linguagem utilizada pela ideologia dominante, introduzindo às vezes algumas inovações que, embora poucas e curtas, expressam profundamente o sentido social. O manifesto de João da Mata Castelo-Branco, que intitulava-se chefe das forças "bentevís" do Piauí, dizia:

"Eu saúdo a todos os brasileiros pobres, que forem amantes de sua pátria e de nosso Imperador. Meus irmãos agora é ocasião de todos brasileiros mostrarem a sua firmeza e amor à pátria; pois me acho nesta província e me defezado o partido Benteví, que defende a santa religião católica romana, a coroa de nosso Imperador Pedro II, a constituição, nossa pátria, nossas famílias, e a nós mesmos da escravidão dos Cabanos; pois esses malvados cabanos querem nos por no cativeiro. (...) e os, que não puderem

(19). — Artigo de um capitulação proposto pelo chefe da revolta do Paranaguá, Manoel Lucas de Aguiar ao comandante da coluna do Oeste, José Martins de Sousa (4-3-1840) *apud* Pereira de Alencastre, *op. cit.*, p. 477.

(20). — *Idem, ibidem*, p. 429.

vir por qualquer situação de molesta, escreva-nos, e no supra com pólvora e armas, porque assim dão provas de Benteviz e os que não vierem ficarão tidos como cabanos. Venham meus irmãos, não sejam ingratos aos patrícios e irmãos pobres. Corumbá em 3 de abril de 1840" (21).

Percebe-se claramente que a luta já tinha assumido um caráter bem diferente do pretendido pelos liberais bentevís. Para o chefe e balaio a luta era entre pobres, que para ele eram identificados aos bentevís, e ricos ou cabanos.

De há muito o vocábulo benteví vinha assumindo conotações diferentes, passando despercebido a muitos o divórcio que se estabelecia entre a revolução e a agitação política. Quando do prolongado cerco e da ocupação de Caxias, Raimundo Gomes escreveu expressiva carta a João Francisco Lisboa que merece ser transcrita:

"Desde maio, que tenho escrito a V. S. várias cartas e de nenhuma tenho tido resposta: não sei a que atribuir este tão rigoroso silêncio de sua parte; continuo a fazê-lo para despertá-lo do letargo em que parece está comigo. Via que dirigi u ao Silveira, "e não sei qual o motivo de nada me dizer a mim", devendo estar certo da minha boa fé e patriotismo e do quanto tenho feito a prol do partido que seguimos e dos meus desejos para que tudo vá em boa ordem. A minha ida a Caxias foi a mais necessária, atento as malversações de alguns homens estorrados, e que presumo que o patriotismo e a liberdade brasileira, consiste em matar e roubar: com efeito com a minha presença serenaram os ânimos, evitei o massacre e o saque e se não fiz tudo o quanto pedi a honra da nossa causa, confesso-lhe que não tive e que me ajudei: finalmente, a enumerar-lhe os incômodos e aflições que tive para deixar Caxias em sossego, com o ficou, seria um nunca acabar, e deixo isso àqueles que o presenciaram. (...) Com o mandei de Caxias uma comissão de brasileiros que o conselho julgou digno de representar perante o presidente da província as nossas requisições, e até hoje ainda nada disseram a respeito do que se lhes incumbiu ... pois tendo eu oito mil homens em armas, não posso estar parado, nem contê-lo sumamente e há de demorar tal resposta; por isso que também lhe rogo a brevidade da vinda da deputação, e por ela espero que V. S. e mesmo o mais breve possível me diga alguma coisa, dando-me seus conselhos para saber o que hei de obrar a respeito. Desejo-lhe saúde, e sou da

(21). — *Idem, ibidem*, p. 429.

V. S. Amigo P. obrigado e criado. Raimundo Gomes Vieira. Jutai Coroaé, 31 de agosto de 1839" (22).

Esta carta suscitou nova polêmica entre os políticos de São Luis. A fim de dirimir quaisquer dúvidas sobre a sua correspondência com Raimundo Gomes, João Lisboa afirmou que o fato do bandido considerá-lo seu correligionário, devia-se à sua ignorância e incapacidade de distinguir as enormes diferenças que os separavam.

Lida com atenção a missiva de Raimundo Gomes, não é absolutamente um pedido de interseção. Há nitidamente em suas palavras, um sentido diverso daquele que foi atribuído por seus contemporâneos, pelo menos em seu artigo de jornal. Maliciosamente atribuiu toda a responsabilidade da tomada de Caxias aos seus habitantes, demonstrando embora contraditoriamente a existência de uma correspondência regular com João Lisboa, e finalmente numa única linha ameaça o governo com seus 8.000 homens e armas, concluindo num a manha bem cabocla, pedindo os conselhos. Sabe-se e que não era o de João Lisboa que necessitava. Era o vencedor e não o vencido, soube como sua carta aumentar o pânico de toda a população da capital. Era chegado o momento dos balaios começarem sua própria revolução. Homens duros, habituados ao sofrimento, à violência e ao sangue, nada mais esperavam de pusilânimes políticos. Inúmeras cartas escreveram os balaios, sempre levantando suspeitas sobre os destinatários, blasonando o elevado número de armas que possuíam. Com o não atribuir nesse momento a ela seu planejamento o consciente e de aumento do clima de insegurança, ainda mais quando sabemos que

"as armas que dispunham, na maior parte espingardas de caça e chuços, não lhes favorecia a funesta empresa"? (23).

No livro de Astolfo Serra há colocações bastante discutíveis sobre as relações de João Lisboa com a Balaiada, como se pode constatar no seguinte trecho:

"O que é fora de dúvida é que João Lisboa não tomou parte na revolução. Não conspirou. Indiretamente, a sua atuação foi de verdadeiro apóstolo da rebeldia. O seu artigo produziu na massa o espírito de rebeldia. Não o deixa pois, de ser um dos agentes intelectuais da Balaiada. Daí a ser porém, um cúmplice, vai muito espaço" (24).

(22). — In *Crônica Maranhense*, n.º 173, 3-10-1839, p. 696.

(23). — Depoimento de Leão Sabino, oficial e chefe da defesa de Caxias, *op. cit.*, p. 298.

(24). — *Op. cit.*, p. 247.

Baseando-se ainda em um trabalho de Carlota de Carvalho, o historiador afirma que o jornalista

"lutava, mas não se unia à massa; combati a pelo povo, mas seria incapaz de fazer parte de qualquer revolta com o povo".

Isto é tão claro que, apenas eclodida a revolta, quando o movimento se alastra e domina grande área do sertão maranhense, ele, o mais autorizado chefe dos bentevis, a repudiou de público:

"A oposição constitucional, de cuja opinião nós honramos em ser órgão e adotamos seus amigos, na crise atual, todos que empunham armas em favor da instituição ameaçadas" (25).

Uma série de objeções podem ser feitas a estes juízos. Primeiramente, eles possuem contradições internas como a de afirmar que João Lisboa não conspirou para depois responsabilizá-lo por não assumir a direção de um movimento surgido sem o seu apêio. Outra incongruência acha-se a o mostra-lo com o "apóstolo da rebeldia", mas sem ligações com a massa. Pode-se objetar que, se assim ocorreu, o apóstolo não escolheu bem os seus sectários, o que se acautele. O objetivo dos bentevis foram em parte conseguidos no governo de Manuel Felizardo. Pressionado pelo fragor da luta e da ameaça que pairava sobre a Província, o presidente aproximou-se dos liberais da capital, prometendo-lhes em troca de uma ação medianeira a revogação da "lei dos prefeitos" e a "das guardas-nacionais". Era o primeiro sucesso dos liberais depois da queda de Feijó. Esta vitória lhes bastava, pois era a que pretendiam. O prestígio dos cabanos estava abalado, era o momento de desvencilharem-se dos balaios.

Depois de haver incrementado a agitação revolucionária, o partido liberal, assustado com o desenrolar da luta, e ameaçado de perder suas propriedades e a situação que gozava, retirou todo o apêio ao movimento. Compôs-se com o governo, num acordo do qual os balaios ficaram de fora. O preço para a qual os liberais readquiriram alguns cargos públicos foi altíssimo: a vida dos balaios. A aproximação dos liberais com o governo deu-se em três momentos distintos. No primeiro, proclamaram-se membros da oposição constitucional; no segundo tentaram negociar a paz com os balaios e no terceiro concitaram os bentevis a deporem armas e abandonar a luta.

A *Crônica Maranhense* e o *Investigador* são fontes históricas importantes para o esclarecimento da maneira como foi negociada a paz.

(25). — *Op. cit.*, p. 247.

Organizaram-se listas de contribuição s com a finalidade de subornar alguns líderes e provocar a dissensão. Lançava-se em mão da corrupção para enfraquecer a luta popular.

O *Investigador* teve notícia s de que um grupo de comerciantes procurou o redator da *Crônica* a fim de propor-lhe que intercedesse junto ao governo pela abolição da "lei dos prefeitos", e em troca, lhe dariam 40 contos de réis para entrar em negociações com os balaios. Lastimava a baixez e o terror dos negociantes e encontrava na atitude deles motivos para acreditar que João Lisboa era plenipotenciário dos rebeldes (26). A *Crônica* respondeu-me desmentir as informações, apenas afirmando que se o redator foi procurado era porque os chefes cabanos estava desmoralizado e que o presidente da Província poderia fornecer todos os detalhes do acontecimento por esta razão bem para eles. Ele, redator, havia se negado a recolher os fundos ou a organizar listas de contribuições, o mesmo porém não poderia dizer de Sótero dos Reis que

"Em presença do exmo. presidente da província, afirmo que a o partido dominante não só convinha abolir-se a lei dos prefeitos e da guarda nacional, porém fari a ainda outras concessões importantes, uma vez que a oposição votasse por certas medidas, sendo uma delas a concessão de 80 contos para a despesa secreta! ... é forçoso convir que seria destinado a corromper os rebeldes, a menos que se não queira temerariamente supor que era esse o preço porque o colega avaliava a sua sua duas leis, e que seria repartido entre os amigos a título de indenização do seu prejuízo resultantes da prometida abolição" (27).

Um dos primeiros balaios a trair o movimento foi Coque. Cedeu aos "argumentos" dos políticos, mas este não o contentou apenas com a deserção passara a explorá-la. Foi divulgada pela imprensa que Coque possuía uma correspondência altamente comprometedor e cidadãos eminentes na província e no partido liberal. Os jornais cabanos passaram a elogiar a conduta de Coque que assim se justificava:

"tinha estado iludido que ia prestar serviços à pátria".

Afirmava ainda que soubera conter a inação do bando que chefiara em Croatá, e que apesar de serem a sua força consideráveis, viera apresentar-se cheio de fé e contrição à legalidade. Os mesmos

(26). — *Investigador Maranhense*, São Luís, Tip. Constitucional. Red. Francisco de Sales Nunes Cascaes, Sótero dos Reis e outros. n.º 96.

(27). — *Crônica Maranhense*, n.º 175, 10-10-1839, p. 703-4.

homens que discutiam no gabinete da presidência uma forma de corromper o inimigo, o mesmo que escrevia cartas secretas para o interior da província, agora exigiam, além da humilhação e da traição, a colaboração nas intrigas da classe dirigente. Coque e legalista era mais útil do que nunca. A *Crônica* o anatematizou:

"Um salteador que acabou de por fogo e sangue a melhor da província, que tomou uma parte ativa na destruição da opulenta Caxias, de quem foi um dos primeiros cercadores, que dali desceu carregado de despojos a assentar o novo arraial de bandoleiros no Crotalá...; esse miserável, coberto de crimes, ... esse homem, assoprado por pretensos legalistas, que não tem ao rebelde sua quarta parte do ódio que consagra aos seus adversários políticos, arroja-se a escrever para jornais, alardeia os seus serviços, humanidade, patriotismo e boa fé, liberaliza insultos e ameaças a cidadãos honestos que nunca manejaram a faca do assassinato, o machado do arrombamento, e o facho do incêndio!" (28).



III

"Proclamação. — Maranhenses! Nomead o presidente e comandante das armas desta província, por carta imperial de 12 de dezembro de 1839, e uvenh o partilhar das vossas fadigas, e concorrer, quanto em mim couber, para a inteira e completa pacificação desta bela parte do Império.

Um punhado de facciosos, ávidos de pilhagem, poud e encher de consternação, de luto e de sangue, vossas cidades e vilas! O terror que necessariamente devia infundir-vos esse bandidos, concorreu para que se engrossassem suas hordas; contudo graças à providência e à vitória atê hoje alcançada pelo nosso bravos, seu número começa a diminuir diante das nossas armas. Mais um esforço e a desejada paz virá curar os males da guerra civil.

Qualquer que seja o estado em que se acham hoje os rebeldes, eu espero com os socorros que o governo geral vos envia, e com a força que me acompanha, fortificar nossa fileiras, e não abandonar-vos enquanto não o houver debelado. Eu passo a fazer os melhoramentos que julgo necessários ao nosso exército, e com a maior brevidade possível me colocarei à sua frente. Maranhenses!

mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam. Deveis conhecer a necessidade e as vantagens da paz, condição da riqueza e da prosperidade dos povos; e confiando na divina providência, que por tantas vezes nos tem salvado, espero achar em vós tudo o que é fôr mister para a triumpho da nossa santa causa. —

Palácio da Presidência na cidade de São Luiz do Maranhão,
7 de fevereiro de 1840.

Luiz Alves de Lima".

Decidiu-se no Rio de Janeiro, que para por fim à luta do Maranhão, dever-se-ia nomear um outro presidente que enfeixasse em suas mãos tanto o poder civil quanto o militar. A Carta Imperial de 12 de dezembro de 1839, nomeava o Cel. Luiz Alves de Lima, para o posto de presidente e comandante das armas do Maranhão,

"com poderes para entrar no Piauí e Ceará, ficando sob suas ordens todas as forças que nessas províncias operavam" (29).

O novo presidente chegou no Maranhão a 4 de fevereiro de 1840.

Os jornais entusiasmaram-se com o pronunciamento do presidente principalmente no que se referia aos partidos. Consideraram-no como um ato de independência política por parte de quem não queria servir de instrumento das facções. A província estava econômica e financeiramente arruinada. Comerciantes e fazendeiros uniam-se em listas de cidadãos que hipotecavam solidariedade ao governo. Proprietários de escravos que abandonando as fazendas, uniram-se a D. Cosme. O assassinato de feitores era comum, tendo a revolução já assumido a conotação de uma luta social sem precedentes.

A situação das tropas oficiais era calamitosa. Encontravam-se sem víveres, roupas e armamentos. De há muito não recebiam o soldo que o governo lhes devia. Por estas razões atacavam a população sem mais se servirem de protocolares "requisições de guerra". Não encontravam mais boa vontade por parte de ninguém. Vários, relatórios de oficiais atestam esta ausência de infra-estrutura dos expedicionários. Luís Alves de Lima começou por tomar medidas a esse respeito. Autorizou o pagamento dos soldos atrasados com a receita que trouxera

(29). — *Apud Astolfo Serra, Caxias e o seu governo civil na Província do Maranhão, Rio de Janeiro, 1943, Biblioteca Militar, vol. LXVIII, p. 44.*

do Rio de Janeiro (30), coibiu o excesso contra a propriedade e a população civil (31), e exigiu rigorosa prestação de contas das despesas com viveres (32). Estas e outras medidas, com o pedido de tropas Pernambuco e mais recursos financeiros, vieram organizar as forças oficiais quando os revolucionários já se encontravam nos limites finais de sua resistência. Abandonado pelo bentevis, enfraquecido por deserções, o chefe se começara a se desentender. Batido alguns grupos de Lívio Castelo Branco, este abandonou a luta. Escondido ficaria até o momento da anistia e beneficiando-se de sua influência ainda viria ocupar lugar de destaque na política e no jornalismo do Império. Sua luta foi apenas ocasionalmente a dos balaaios, ele era um homem de posição social para quem houve perdão, e a quem se reconheceu apenas um equívoco e em suas posições patrióticas. Talvez tivesse sido enganado pelo balaio se pela "lábia de Raimundo Gomes"...

Luis Alves de Lima dividiu a sua tropa de 8.000 homens em três colunas. A primeira operou na região entre Caxias e Pastos-Bons, a segunda entrou Vargem-Grande e Brejo, e a terceira na zona de Icatú e Miritiba. Dever-se-ia fechar o cerco sobre Brejo que era o reduto dos balaaios. Do Piauí também vieram contingentes militares. Derrotas e em cima de derrotas obrigaram Raimundo Gomes a se retirar para o Piauí, onde ainda tentou reorganizar suas forças, mas foi vencido nas matas do Egito e Cumatá pelo Cel. José Cid

"fazendo 1.091 prisioneiros, entre homens, mulheres e crianças" (33).

Raimundo Gomes ainda conseguiu arregimentar 1.000 homens (34) e voltou ao Maranhão, mas foi sempre vencido e as forças de bandadas caíram na emboscada dos grupos militares. O final da luta foi extremamente doloroso, acompanhado pela fome e pela doença. Raimundo Gomes pediu condições para a capitulação, mas estas lhe foram negadas. Refugiou-se junto aos negros de D. Cosme, mas foi feito prisioneiro por eles. O seu demais chefe da Balaiada estava m

(30). — Ofício do Presidente do Maranhão, datado de 11 de fevereiro de 1840 ao Sr. Inspetor da Tesouraria, *apud Crônica Maranhense*, n.º 216 — 27-2-1840.

(31). — Ordem do dia n.º 9 — Quartel da Presidência e do Comando das Armas. 24 de fevereiro de 1840, *Apud Crônica Maranhense*, 27-2-1840, n.º 216.

(32). — Ordem do dia n.º 10 — Quartel da Presidência e do Comando das Armas 24 de fevereiro de 1840. *Apud Crônica Maranhense*, 3-3-40, n.º 217.

(33). — In Mário M. Meireles, *História do Maranhão*. D. A. S. P. — Serviço de Documentação, 1960, p. 266.

(34). — *Idem, ibidem*, p. 266.

mortos o u prisioneiro s tend o D . Cosme , o "Tuto r da s Liberdade s Bem-te-vis" ficad o com o principa l comandant e d o movimento .

Com a maioridad e d o Imperador , pretendeu-s e n o Ri o d e Ja -neiro pacifica r definitivament e o país . A 2 2 d e agost o d e 184 0 fo i promulgado u m decret o d e anisti a a todo s aquele s qu e po r qualque r forma s e tinha m envolvid o e m crime s político s at é aquel a data . O seu § 1 dizia:

"Aqueles qu e segue m a rebeliã o na s província s e m qu e el a existe, deverã o par a o fim d e gozar d a anisti a concedid a apresen -tar-se perant e qualque r autoridad e lega l d a mesm a o u d e outr a província, n o praz o de sessent a dias , contado s d a publicaçã o dest e decreto, n a província qu e estiverem . Sã o autoridade s legai s par a este fim, nã o s ó as civis da s cidade s, vila s e distritos, ma s tambem as militare s encarregada s d e comand o d e exército , corp o o u posi -ção milita r d e legalidade " (35) .

O benefici o d a anisti a nã o abrange u a maioria . Temia m o s ba -laios entregarem-s e à s força s oficiai s , poi s quand o Francisc o Pedros a rendeu-se com 1.70 0 balaio s foi obrigad o a combater D . Cosm e par a provar o se u arrependimento . Mari o Meirel e s afirma :

"É, então , qu e Francisc o Pedrosa , qu e aind a estav a e m Be -lágua, à frent e d e 1.70 0 balaio s, ped e condiçõe s d e paz , e Caxia s exige, preliminarmente , qu e combat a o s negros , com o demonstra -ção d e seu s reai s propósitos " (36) .

Os último s bando s internam-s e pel o sertão , algun s depõe m sua s armas como Pio, Tempestade, e Coco . Raimund o Gomes liberta-se de Cosme e aind a tent a apoderar-s e d o Rosári o e Miritiba, ma s se m ne -nhum sucesso . Nã o se sabe a o certo se foi aprisionad o o u entregou-se . Foi exilad o par a São Paulo , morrend o d e ferimento s o u assassinad o na viagem.

D . Cosm e fico u só . Nã o tinha motivo s par a entregar-se . Sua s tropas lutava m se m nenhum a esperanç a , era m escravos , nã o queria m voltar ao jugo d e seu s senhores , poi s tinham sid o homens livre s e temi -dos . Lutara m at é a morte . D . Cosm e fo i enforcado . Acabav a a Balaiada.

(35). — Decret o d e anisti a Geral , po r orde m d e S . M . I . , 22-8-1840 , rubricado po r D . Pedr o II e assinad o po r Antônio Paulin o Limp o d e Abreu , Ministro e Secretári o d e Estad o do s Negócio s d a Justiça .

(36). — Mari o Meirel e s , *op. cit.*, p . 267 .

IV

Excertos do Relatório de Luis Alves de Lima a o deixar o Governo do Maranhão.

"Não existe hoje um só grupo de rebeldes armados, todos os chefes foram mortos, presos ou enviados para fora da província. . .

Se calcularmos em mil os seus mortos pela guerra, fome e peste, sendo o número dos capturados e apresentados durante o meu governo passante de quatro mil, e para mais de três mil os que reduzidos à fome e cercados foram obrigados a depor as armas depois da publicação do decreto de anistia, temos pelo menos oito mil rebeldes; se a estes adicionarmos três mil negro aquilombados sob a direção do infame Cosme os quais só de rapina viviam, assolando e despovoando as fazendas, temos onze mil bandidos, que com as nossas tropas lutaram, e dos quais houveremos completa vitória. Este cálculo é para menos e não para mais: toda esta província o sabe.

... A comarca do Brejo é a que mais contém em suas matas grande cópia de ociosos, e com menos de quinhentas praças não se fará a sua polícia...

De tudo que hei dito achará V. Excia. documentos na secretaria do governo, e na memória recente de todos, e termino desejando que V. Excia, neles encontre o mesmo acolhimento que me prodigalizaram... Deus Guard e V. Excia. — S. Luiz do Maranhão, 13 de maio de 1841. Luis Alves de Lima" (37).

Os partidos que viveram durante anos e tornaram-se questões levantadas pela revolta desarticularam-se com o seu final. As antigas lideranças foram substituídas, mediocrizando-se o nível de suas aspirações. Indubitavelmente o longo período de crise política favoreceu a divulgação e o desenvolvimento dos princípios ideológicos "liberais". Mesclados às mais relevantes polémicas políticas, os anseios "liberais da classe dirigente" foram magistralmente expostos, oferecendo uma nítida visão da concepção de liberalismo que se tinha na época. Do poderoso partido cabano pouco restava, assim como os antigos "exaltados" retraíam-se amedrontados com as repercussões da repressão. Depois de envolverem-se em demasia com a revolução, foram destruí-

(37). — *Apud Astolfo Serra, Caxias e o seu governo... op. cit., p. 143.*

dos por ela própria. Os partidos continuaram a existir, mas com o sombreado que foram. Família latifundiária assumiram a liderança que sempre lhes coubera afastando os "teóricos" do partido. As questões substituíram definitivamente as questões de princípios, tudo voltava ao seu lugar. Os partidos mudaram seus nomes; denominaram-se Guajajaras (liberais) e Gaviões (cabanos). Dissidentes liberais uniram-se a dissidentes cabanos, antigos inimigos congratularam-se no novo consórcio eleitoral.

A população marginalizada que havia lutado durante dois anos, enfrentava dificuldades e miseravelmente absorvida pelo sistema de produção maranhense, assolada por uma das suas maiores crises. No próprio relatório do presidente há referências ao grande número de "ociosos" espalhados pelo sertão. O problema social continuava sem solução, mas bem mais agravado que anteriormente. O aparato ideológico que havia sido utilizado durante a revolução mostrou a sua absoluta inconsistência. Os "ociosos" caçados no Maranhão desceram para os estados do Nordeste e engrossaram o contingente humano que viu no canção uma solução de sobrevivência.



MARIA DE LOURDES MONACO JANOTTI. — Nasceu em São Paulo, a 11 de fevereiro de 1938. Licenciou-se em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1959); doutorou-se em História na mesma Faculdade em 1971. Lecionou no Departamento de História da Universidade de São Paulo desde 1965. Ministrou cursos na Disciplina de Metodologia e Teoria da História e atualmente dedica-se ao ensino de História do Brasil.

É autora dos seguintes trabalhos: *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia Brasileira*, (Tese de doutoramento) São Paulo, 1971 (no prelo, Ed. Ática); *A Metodologia da História e seus problemas pedagógicos*, in "Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História", Campinas, 1971; *Um seminário sobre a peça teatral "Um inimigo do povo" de Henrik Ibsen*, in "Revista de História", vol. XXXIV, n° 69, 1967; *Comentário do livro de Pasquale D'Elia, Il lontano confino e la trágica morte del P. João de Moura S. I. missionário in Cina (1681-1726)*, in "Revista de História", vol. XXXI, n° 62, 1965.